

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.592 - SP (2019/0282240-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : PAULO ROBERTO RAMOS
ADVOGADO : PAULO ROBERTO RAMOS - SP108889
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADEIR PEDRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ADEIR PEDRO, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos prisão temporária do paciente, convertida em preventiva, pela prática dos crimes de associação e tráfico ilícito de entorpecentes.

O Tribunal de origem indeferiu a liminar nos autos do HC 2202970-91.2019.8.26.0000, consoante se extrai do sítio eletrônico.

Neste *writ*, sustenta a defesa constrangimento ilegal diante da fundamentação genérica do decreto prisional, carente de dados concretos que indiquem a necessidade do acautelamento do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão com a extensão do benefício a outros corréus.

Na origem, dos autos do Processo 1500741-66.2019.8.26.0594, denota-se a apresentação da defesa prévia, vista ao Ministério Público e conclusão para despacho consoante informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória,

reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

O decreto temporário teve a seguinte fundamentação:

[...] A prisão do representado se justifica porque os indícios de autoria estão presentes, bastando ver as transcrições referente as **interceptações telefônicas deferidas pelo juízo e trocas de mensagens via SMS.**

Nota-se, com efeito, conversa telefônica entre Adeir e Wesley, em que o primeiro diz "vai no zap" (05/05/2019) (fls. 147).

O mesmo ocorreu no dia 11/05/2019 (fls. 148). Ainda, a fls. 148/149, há trocas de assovias e de mensagens em códigos, entre Adeir e Wesley. Por outro lado, **conforme consta de relatório dos investigadores de polícia, nas oportunidades em que ocorriam essas comunicações, ambos os alvos eram observados, podendo-se notar que: Wesley se dirigia até onde ele guardava sua cota de droga e em seguida ia até à casa de Adeir, entregava o entorpecente para este último, o qual, por sua vez, fazia o repasse para um motoboy; e o motoboy, a seu turno, fazia o transporte até o cliente de Adeir; em outras oportunidades, Wesley era quem levava a droga até o cliente (fls. 149).**

Destarte, estão presentes fundadas razões de autoria. Além disso, a prisão é imprescindível para a conclusão das investigações.

Ademais, há grande possibilidade de fuga do acusado, em razão de sua boa condição financeira, apurada pela Autoridade Policial, o que, por certo, irá prejudicar as investigações e a aplicação da lei penal.

De tudo se vislumbra ser mesmo necessária a decretação da prisão temporária para fins de investigação criminal, a teor do artigo 1º, III, alínea "n" da Lei nº 7.960/89 combinado com o artigo 2º, §4º, da Lei nº 8072/90.

Por isso, decreto a prisão temporária de Adeir Pedro [...]

Já o decreto preventivo assim dispôs:

[...] Realmente existe a necessidade de custódia cautelar do indiciado como única forma de manter a ordem pública sob controle, evitando outras ocorrências motivadas pela impunidade. Não se pode prejulgar quanto ao mérito, mas os indícios da participação do investigado estão presentes. A materialidade do fato está evidenciada pelos depoimentos já juntados, assim como presentes os indícios de autoria exigidos pela Lei.

Através de trabalho de interceptação telefônica, a polícia teve conhecimento de que o investigado agia em associação com os outros réus, aparentemente de forma estável e permanente, com a finalidade de tráfico de drogas.

Especificamente a respeito do acusado Adeir Pedro, reporta-se o juízo aos fundamentos expostos na decisão que decretou sua prisão temporária, nos quais se entreveem presentes os incídios de autoria.

Não bastasse, há também indicativos de que a associação entre os acusados atuava na circulação de drogas entre o Mato Grosso de Sul e São Paulo, revelando-se gravidade em concreto da conduta praticada.

Assim, há o risco de, uma vez solto o investigado, vir ele a reincidir na prática delitiva, já que, pelo até então apurado, tinha o tráfico como meio de vida.

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, para garantia da ordem pública, deve o investigado permanecer em custódia.

Presentes estão os motivos para a prisão preventiva, observado o artigo 310, inciso II do Código de Processo Penal, de modo que resta ao Poder Judiciário a decretação da medida extrema neste caso e momento processual.

Colocando tudo isso, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de ADEIR PEDRO, qualificado(a)(s) nos autos, nos termos dos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, a bem da ordem pública.

Como se vê, o decreto preventivo está devidamente fundamentado com base em elementos concretos extraídos de interceptação telefônica e de dados de conversa de redes sociais (*Whatsapp*) que indicam a existência de *associação entre os acusados (...) na circulação de drogas entre o Mato Grosso de Sul e São Paulo, revelando-se gravidade em concreto da conduta praticada.*

Com efeito, a jurisprudência é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes (e/ou presença de diversas frentes de atuação; e/ou contatos no exterior). Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator

